CORREIO PAULISTANO

POR **RAFAEL CHINAGLIA**

LUCAS BASSI/CÂMARA DE SÃO PAULO



Em 2025, a prefeitura já havia tentado adotar a denominação

Nunes deve rebatizar GCM após aprovação da PEC da Segurança

Após a aprovação da PEC da Segurança Pública, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) deve mudar a identificação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) para Polícia Municipal, segundo afirmou em entrevista ao Painel, da Folha de S.Paulo, nesta quarta-feira (4). A troca dos adesivos das viaturas e a distribuição de novos uniformes também podem ocorrer. A afirmação foi feita após a aprovação, na terça-feira (3), da proposta que prevê a criação de polícias municipais. A PEC foi aprovada pelo Congresso na terça e inclui a previsão de polícias municipais. Nunes disse que a mudança de nomenclatura ocorreria depois da aprovação da proposta. Em 2025, a prefeitura já havia adotado a denominação em viaturas e campanhas, mas a Justiça suspendeu a medida após ação do Ministério Público. A nova mudança dependeria da validade da PEC e das regras para sua implementação na capital.

Câmara discute fiscalização de bikes elétricas

Em 3 de novembro, houve audiência pública sobre a fiscalização de bicicletas, bicicletas elétricas e patinetes na cidade. A fiscalização já começou em 13 de outubro com atuação da CET e apoio da GCM. As regras seguem resolução do Contran e preveem multas de até R$ 130 para infrações. Participantes pediram mais segurança e diálogo na aplicação das normas. O debate foi solicitado pela vereadora Renata Falzoni (PSB), que defendeu conciliar fiscalização, segurança viária e incentivo à mobilidade ativa.

RICHARD LOURENÇO / REDE CÂMARA SP



Prefeitura de São Paulo criou regras para disciplinar os modais

Justiça determina retirada de vídeo de Marçal

A Justiça de São Paulo determinou que Pablo Marçal oculte, em até 48 horas, uma publicação no Instagram com declarações depreciativas contra religiões de matriz africana. A decisão liminar foi concedida nesta quarta-feira (4) pela 12ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em ação civil pública movida pela Educafro Brasil. A ordem judicial também inclui outras publicações com o mesmo trecho de entrevista no perfil. O conteúdo deverá ser arquivado ou ocultado, sem exclusão, para preservar provas.

Educafro leva caso à corte por fala religiosa

A decisão impede Marçal de divulgar o vídeo em contas, canais e páginas sob sua administração, inclusive por terceiros. A medida foi concedida em ação civil pública apresentada pela Educafro Brasil. A entidade questionou declarações feitas em uma entrevista ao programa Show do Bacci. A assessoria informou que o vídeo já havia sido removido quando o caso veio a público. A liminar não encerra o processo.

Vereador toma posse

Manoel Del Rio (PT) tomou posse como vereador de São Paulo nesta quarta-feira (4), em substituição a Senival Moura (PT), licenciado por 31 dias para tratar de assuntos particulares. Primeiro suplente da federação PT-PCdoB-PV, Del Rio retorna à Câmara após ocupar uma cadeira por 30 dias em 2018 e assumir o mandato em 2023.

Senival Moura preso

Preso em 28 de outubro, o vereador Senival Moura (PT) pediu licença de 31 dias da Câmara por "assuntos particulares". O vereador é investigado por suspeita de lavagem de dinheiro do PCC por meio da Transunião, empresa de ônibus. A licença foi solicitada enquanto está preso preventivamente; a defesa contesta a acusação.

Comissão de Constituição

A CCJ da Câmara Municipal de São Paulo manteve pareceres de ilegalidade de 65 projetos, que foram arquivados. Outras 122 propostas foram adiadas e poderão voltar à pauta do colegiado após revisão dos vereadores. A decisão foi tomada nesta quarta-feira (4), em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa.

Comissão de Educação

A Comissão de Educação da Câmara de SP aprovou nesta quarta (4) projetos que propõem declarar a capital e Mar del Plata, na Argentina, cidades-irmãs e conceder honrarias ao médico José Osmar Medina de Abreu Pestana. As propostas seguem em tramitação. Em 18 de novembro, haverá audiência pública sobre a política de alfabetização.

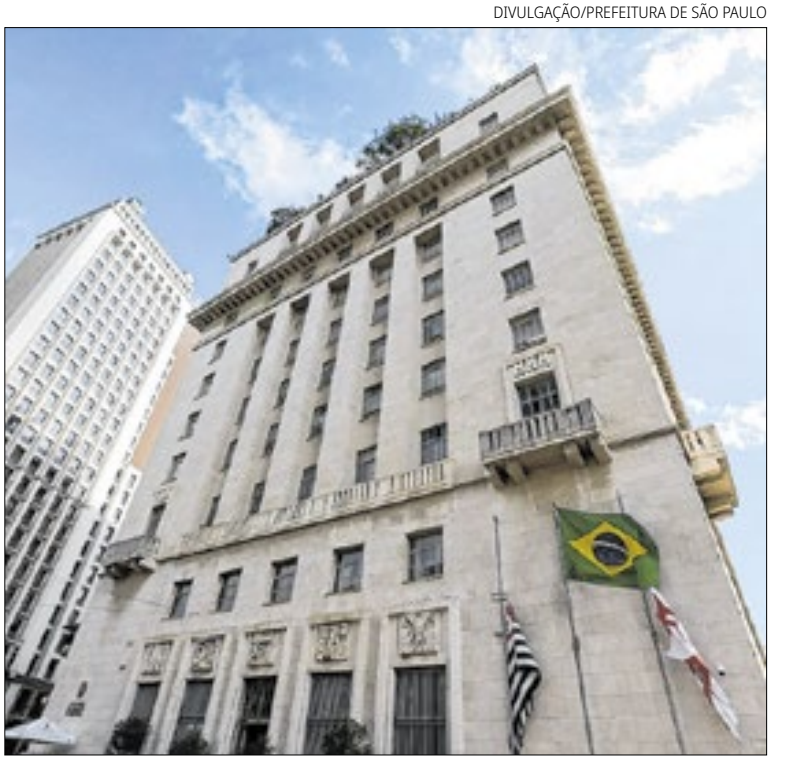
Multas por pichações

Projeto que prevê multas mais severas para pichações com mensagens de ódio avançou nesta quarta-feira (4) na Comissão de Política Urbana da Câmara de São Paulo. De autoria da vereadora Cris Monteiro (Novo), a proposta também prevê uso do Smart Sampa para identificar infratores e atuação das Subprefeituras no combate à prática.

Mercado de Pinheiros

O Mercado de Pinheiros recebe, nos dias 6 e 7 de novembro, a Festa da Revolução Queijeira Paulista. Gratuito, o evento reúne produtores de queijos e charcutarias artesanais do estado, das 10h às 18h, com degustação e venda direta ao público. A Prefeitura apoia a iniciativa, organizada pela APQA. A feira valoriza a produção artesanal.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE SÃO PAULO



Sede principal da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital

Prefeitura cita irregularidades em 700 moradias sociais de SP

Fiscalização realizada mira 21 projetos; empresas podem recorrer da medida

Da **Redação**

A Prefeitura de São Paulo identificou irregularidades na destinação de 700 unidades habitacionais distribuídas por 21 empreendimentos construídos com incentivos municipais. Em despachos publicados em 28 de outubro, a administração determinou o cancelamento de benefícios urbanísticos concedidos às empresas responsáveis e a aplicação de multas. As construtoras ainda podem apresentar defesa nos processos administrativos.

Pinheiros concentra 387 unidades apontadas pela fiscalização. Desse total, 332 estão em um empreendimento em construção na Rua Cunha Gago, atribuído à One Innovation. Na Barra Funda, foram identificadas irregularidades nas 136 unidades de um edifício da Arquiplan, na Rua do Bosque. Juntos, os dois bairros somam 523 imóveis, cerca de 75% dos casos mencionados nos despachos.

Os empreendimentos foram aprovados nas categorias Habitação de Interesse Social (HIS) e Habitação de Mercado Popular (HMP), que têm regras de destinação e são voltadas a famílias com renda mensal de até dez salários mínimos. A fiscalização municipal apontou que unidades foram comercializadas sem o controle necessário para assegurar o atendimento aos grupos previstos na legislação.

Como contrapartida às obrigações de destinação, projetos enquadrados nessas categorias podem receber benefícios urbanísticos, como isenção ou redução da outorga onerosa. A cobrança é feita pelo município para autorizar construções acima do limite básico permitido. Segundo os despachos, as medidas adotadas incluem a retirada desses benefícios e sanções administrativas.

A identificação das irregularidades não encerra os processos. As empresas envolvidas poderão apresentar suas justificativas e contestar as decisões da prefeitura durante a tramitação administrativa. Os despachos indicam a abertura dessa etapa de defesa antes da conclusão.

As unidades restantes estão distribuídas por outros empreendimentos da capital. A prefeitura não informou, no material consultado, a divisão detalhada desses imóveis por bairro. O total de 700 unidades e a concentração de 523 em Pinheiros e na Barra Funda correspondem aos números apresentados nos atos administrativos.